

A CONFLITUALIDADE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DOS CONCEITOS CAMPONÊS/AGRICULTOR FAMILIAR.

Munir Jorge Felício

Professor da UNOESTE. Membro do grupo de pesquisa do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), do Departamento de Geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente/SP. munir@unoeste.br

RESUMO

O presente texto visa estudar a questão agrária a partir da realidade regional do Pontal do Paranapanema, local da disputa entre dois modelos de desenvolvimento territorial rural: o modelo norte-americano denominado agronegócio que pretende expandir nestas terras os canaviais e o modelo engendrado pelos camponeses quando ocupam estas terras para fazerem nela a reforma agrária. O conceito de conflitualidade utilizado neste texto será responsável pela proposição de novos questionamentos, bem como, pela indicação de novas direções para a reflexão sobre o lugar e a função dos camponeses na sociedade capitalista.

Palavras-chaves: conflitualidade, campesinato, desenvolvimento, questão agrária.

THE CONFLICTING OF THE PROJECTS OF THE DEVELOPMENT RURAL STARTING FROM THE CONCEPTS FARMER/THE FAMILY FARMER.

ABSTRACT

The present text seeks to study the agrarian subject starting from the reality regional from the Pontal do Paranapanema, site of the dispute between two models of the rural territorial development: the american model denominate agribusiness whit pretension of the expand on this lands the sugar-cane plantation and the model engendered by the peasants when occupys this lands for implant the agrarian reform. The concept of the conflicting utilized on the text is the responsible by the proposition of the news questions and also by the indication of the news directions for the reflection of the locality and the activity from the peasants with the capitalist society .

Key words: conflicting, peasant, development, agrarian question

Introdução

Este texto visa discutir e compreender a questão agrária a partir de uma leitura geográfica da Região do Pontal do Paranapanema, onde se encontram alguns dos elementos indispensáveis para tal compreensão como os projetos de desenvolvimento da agropecuária, as lutas de resistências dos camponeses e os processos de transformação do espaço geográfico, entre outras.

É importante para a Geografia Agrária analisar os últimos acontecimentos nesta região, como o projeto de expansão dos canais e verificar se esse projeto almeja, de fato, implantar o desenvolvimento territorial rural ou, se ele será mais uma investida do agronegócio nas terras do Pontal do Paranapanema.

Procurando contribuir com estas análises, este texto retoma e impulsiona as discussões feitas em outro período histórico (1990-2002) acrescentado o conceito de conflitualidade. Naqueles textos foram analisadas a produção camponesa, o trabalho familiar e a ocupação territorial do Pontal do Paranapanema. Eles discutiram também a realidade agrária desta região, a organização do espaço rural com sua dinâmica econômica e social e os reflexos na vida dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios produtores.

O conceito de conflitualidade utilizado neste texto será responsável pela proposição de novos questionamentos, bem como, pela indicação de novas direções para a reflexão sobre o papel e a função dos camponeses na sociedade capitalista.

Desenvolvimento e campesinato: debates e perspectivas

Discutir a questão agrária e os processos de transformação do espaço geográfico a partir de uma leitura geográfica da região do Pontal do Paranapanema consiste num desafio. Principalmente quando essa região está sendo alvo de um projeto de desenvolvimento territorial rural através da expansão dos canais e da implantação de usinas e destilarias.

A leitura geográfica aqui desenvolvida é interessante por focalizar uma região do Estado de São Paulo na qual são históricos os inúmeros conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e governo.

Para compreender melhor esta questão, é preciso uma breve retrospectiva histórica da ocupação do Pontal do Paranapanema. As terras da região começaram a ser griladas desde a segunda metade do século XIX, com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anástacio, com área de duzentos e trinta e oito mil alqueires. Até a década de 1990, com exceção das lutas de resistência de posseiros e de movimentos sociais isolados, os grileiros não encontraram maiores problemas no processo político de assenhoreamento das terras devolutas do Pontal. Grilagem é o processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos de propriedades. Não faltaram ações do Estado para tentar impedir esse processo de grilagem (BERGAMASCO et. al., 2003, p. 81-82).

O que significa refletir sobre o desenvolvimento territorial rural num contexto como esse? Qual desenvolvimento? Desenvolvimento para quem? O desafio de quem se põe refletir neste contexto, poderá contar com autores que, no passado produziram interessantes pesquisas e teorias sobre desenvolvimento, como Caio Prado Júnior (1989), Alberto Passos Guimarães (1977) e Celso Furtado (1964,1974), entre outros.

Para Alberto Passos Guimarães, um determinado tipo de desenvolvimento só se implantará com sucesso se tiver força para exigir o fim da coação feudal e da coação extra-econômica sobre o trabalhador. Força para ordenar a necessária destruição dos monopólios da terra e das relações coercitivas entre o coronel e o morador agregado ou o meeiro. Força para determinar o fim de todas as relações arbitrárias dos senhores da terra e também da produção voltada exclusivamente à exportação.

Na interpretação de Caio Prado Júnior o desenvolvimento implantado no Brasil, desde o período colonial, engendrou um modelo de dependência e subordinação da economia brasileira dentro do contexto internacional do capitalismo comandado pelos seus centros financeiros. Os trustes de ontem são as multinacionais ou transnacionais de hoje a serviço do imperialismo econômico mundial.

Já Celso Furtado, ao analisar a economia brasileira, entende que o subdesenvolvimento é um aspecto do modo pelo qual o capitalismo industrial vem

crescendo e se difundindo desde o seu surgimento. A introdução de inovações tecnológicas em uma cultura não se efetiva sem suscitar resistências e estas, as mais das vezes, se manifestam através de conflitos sociais. Consta que a difusão mundial do progresso técnico e os decorrentes incrementos da produtividade não tenderam a liquidar o subdesenvolvimento.

Acrescentem-se à análise destes três autores outras duas pela relevância das mesmas. Frank (2005) e Oliveira (2003) advogam a tese de que o processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil, inclusive na agricultura, vem gerando, ao longo da história, desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente. Seu avanço se dá de forma combinada e contraditória, justificando desta forma, a concepção de Amin (1973, 1986) segundo a qual, o desenvolvimento do capitalismo é desigual por sustentar um sistema com um centro desenvolvido e dominante bem como uma periferia subdesenvolvida e dependente.

O Pontal do Paranapanema apesar de, territorialmente, unir três estados da federação, possui características que indicam tratar-se de uma região periférica, subdesenvolvida e dependente, principalmente empreendendo uma análise histórica das políticas de desenvolvimento territorial rural com investimentos públicos e privados que vem sendo instalados nela.

A construção de duas usinas hidrelétricas e a violenta depredação ao meio ambiente, cujas conseqüências exigem ainda reflexões detalhadas e profundas. O

estabelecimento de dezenove unidades prisionais configurando verdadeiro “depósito humano” sem precedentes, que continua interferindo diretamente na organização urbana, vez que as cidades não foram planejadas para suportarem tais alterações pela ausência de estruturas e de serviços públicos. E, ultimamente, a expansão dos canaviais que, atrairá para a região mais de vinte grandes usinas e destilarias com as quais impulsionarão, novamente, o desenvolvimento regional.

Esse é o discurso vinculado na mídia regional, cujo objetivo é convencer a sociedade, os pequenos e médios proprietários rurais e os camponeses de que a cana é a solução para essa região. Entende-se que ela dinamizará o desenvolvimento regional trazendo muitos empregos, aumentando a arrecadação dos impostos municipais e majorando a produtividade rural, entre outras vantagens.

Porém, os resultados obtidos em outras regiões do Estado de São Paulo nas quais foram instaladas usinas de cana-de-açúcar e álcool demonstram uma diferença enorme entre o planejado e o realizado. Como explica, por exemplo, Moraes Silva (2006) ao analisar os impactos socioambientais provocados por usinas como estas na macro-região de Ribeirão Preto (SP).

As suas análises demonstram as conseqüências ambientais e sociais com a chegada da cana, como a poluição do ar e dos lençóis freáticos, o desgaste do solo causado pela monocultura da cana-de-açúcar, a intensificação do fluxo migratório

de trabalhadores de outros estados e a precarização do trabalho humano. O “desgaste físico foi responsável por 13 mortes no período de 2004-2005, sem contar a legião de verdadeiros mutilados, após 10 ou 15 anos de trabalho” (MORAES SILVA, 2006, p. 113).

Para discutir a expansão dos canaviais na região do Pontal do Paranapanema e analisar as conseqüências ambientais, sociais e econômicas, vários representantes da sociedade e de órgãos do estado, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, partidos políticos, pastorais sociais, movimentos camponeses e grupos de pesquisas de várias universidades articularam um fórum denominado “Impactos do Agronegócio da Cana sobre os territórios do Pontal do Paranapanema e Andradina”. Ocorrido em abril de 2007.

O autor deste trabalho participa da articulação deste fórum por entender que “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p.12-13) e, também que,

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção

teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade (FERNANDES, 2001, p. 23).

Esse é o foco do presente trabalho, interessado em refletir e discutir questionamentos como, por exemplo: quais as alterações ocorridas no campo no decorrer dos últimos quinze anos? Qual a participação da produção agropecuária do agricultor familiar e do camponês no total da produção no Pontal do Paranapanema? Como compreender a família como unidade doméstica de produção? Qual o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista? Até que ponto o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos vivendo em condições diferenciadas? O futuro do campesinato está na integração do camponês ao mercado ou na luta contra o capital?

A pretensão deste texto consiste mais em abrir espaço para discussões e debates, do que apresentar definições e respostas conclusivas.

Desenvolvimento e pesquisa: teorias e debates.

Analisar a produção, o trabalho e a ocupação do território nas terras do Pontal do Paranapanema não é preocupação recente. A análise das cinco produções acadêmicas, na área da Geografia: Antonio (1990); Silveira (1990); Paulino (1997); Hespanhol (2000) e Medeiros (2002) apresentarão, de forma preliminar, o problema em questão.

Todas elas procuraram compreender a realidade agrária da região do Pontal do Paranapanema, a organização do espaço rural com sua dinâmica econômica e social e os reflexos na vida dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios produtores.

Antonio (1990) apoiando-se nos conceitos teóricos de Martins (1983, 1988), Oliveira (1986), Graziano da Silva (1982); Monbeig (1984); Ianni (1986) e Santos (1984), entre outros, analisa o movimento social e a organização do espaço rural em quatro assentamentos dirigidos pelo Estado. Esclarece que o movimento social foi reformista, pois os camponeses e seus assentamentos fazem parte da agricultura capitalista.

Silveira (1990) reúne em seu trabalho os conceitos teóricos de Marx (1979), Engels (1979), Shanin (1980), Kautsky (1980), Martins (1983,1988) e Oliveira (1986), entre outros, com os quais investiga o processo de formação da estrutura agrária brasileira. Investiga a especificidade da produção camponesa e da produção econômica na região de Presidente Prudente.

No bojo das suas discussões, emerge o conceito de camponês como aquele que luta pela terra. Sem a luta ele deixa de ser camponês. “A luta pela terra é primordial, porque representa a fonte de sobrevivência da unidade de produção camponesa e também, aparece como terra de trabalho”. (Silveira, 1990, p.17).

No entanto, sua análise demonstra que

[...] há uma gama muito grande de tipos de camponeses (*classe camponesa*) que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção (agricultor familiar), que está ligado a cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro (camponês), com condições mínimas de existência, que as vezes planta para ter o que comer. (SILVEIRA, 1990, p. 231).

Verificando os conceitos utilizados pela pesquisadora, constata-se uma mistura muito grande impedindo o esclarecimento e a compreensão. A substituição dos conceitos grifados por um outro conceito poderá proporcionar maior e melhor compreensão. Os grifos e os conceitos entre parêntesis são meus.

Paulino (1997) utilizando os conceitos de Lênin (1899); Kautsky (1980), Chayanov (1974); Prado Junior (1974); Martins (1983,1988) e Oliveira (1986), entre outros, discute os desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar. Quer compreender as perspectivas da agricultura camponesa dos trabalhadores rurais, arrendatários, moradores, parceiros e sem terra.

Hespanhol (2000) reúne em seu trabalho, os conceitos de Lamarche (1993,1998), Abramovay (1992), Veiga (1991), entre outros, com os quais investiga o processo de formação da estrutura agrária brasileira. Investiga a especificidade da

pequena produção, da agricultura de baixa renda e da produção de subsistência. Certifica o seu desenvolvimento nas explorações organizadas com base no trabalho familiar, havendo estreita vinculação entre unidade de produção e relações de parentesco.

No bojo das suas discussões, há a refutação do conceito de camponês, pelo fato dele ter perdido o seu poder explicativo e ser substituído pelo conceito de agricultor familiar. Ela afirma:

[...] que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p.2).

Medeiros (2002) utiliza os conceitos de Prado Junior (1974); Guimarães (1977); Graziano Silva (1982); Oliveira (1986) e Abramovay (1992), entre outros, para estudar o produtor familiar rural e a dinâmica

econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente.

Da leitura do campo emergem somente os produtores rurais, agricultores familiares e os produtores familiares, pois a pesquisadora concebe o campesinato de forma singular. Para ela o “campesinato é usado aqui para referir-se ao produtor/agricultor familiar, proprietário ou não de terra, que organiza sua produção também para o mercado” (MEDEIROS, 2002, p.24).

A utilização de um conceito com tais descrições dificulta o esclarecimento e a compreensão impossibilitando o surgimento de novos questionamentos sobre a identidade destes sujeitos, bem como suas identificações.

Os resultados destas cinco produções acadêmicas demonstram que há muito ainda por discutir sobre a produção, o trabalho e a ocupação do território do Pontal do Paranapanema, vez que ele é um campo investigativo profícuo a desafiar as ciências e, em especial, a geografia.

Participa desse desafio o NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente) que, dentre seus projetos de pesquisa, desenvolve o DATALUTA versão jornal desde 1989, recolhendo e organizando recortes de jornais de circulação regional (O Imparcial e Oeste Notícias) e de circulação estadual (O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo), nos quais vinculam matérias jornalísticas cujo conteúdo versa sobre assuntos que tratam

da questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, como, por exemplo, o desenvolvimento rural, as cadeias produtivas, as ocupações de terra, os assentamentos da reforma agrária, o agronegócio, a produção agropecuária na região, a violência no campo, os trabalhadores rurais, os pequenos e médios produtores rurais, etc...

Quadro 1. Total de inserções dos assuntos que versam sobre a questão agrária na região do Pontal do Paranapanema no período 1995 a 2000.

Assunto	Total de inserções	O Imparcial	Oeste Notícias	O Estado de São Paulo	Folha de São Paulo
Trabalhador rural	2	0	2	0	0
Produtor rural	4	2	2	0	0
Desenvolvimento rural	7	4	3	0	0
Reintegração de posse	44	20	16	4	4
Assentamentos	130	45	48	27	10

Fonte: NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente). Dados retirados do DATALUTA – JORNAL do período de janeiro/1995 a dezembro/2000). (Organização: Munir Jorge Felício, 2007).

Os conflitos fundiários historicamente presentes nesta região, demonstram o predomínio da luta de classes na disputa do controle territorial, como indica o quadro 1 ao registrar 44 inserções sobre as reintegrações de posse e apenas duas sobre a pessoa do trabalhador rural. Os trabalhadores rurais sem terra rejeitam sua condição de

subordinados ao latifúndio e transformam-se em protagonistas do seu presente e futuro.

As reintegrações de posse demonstram também os encontros e desencontros, os acordos e desacordos entre Estado, grileiros e trabalhadores sem terra numa intrincada jornada eivada de ações jurídicas e policiais.

Os assentamentos que, na maioria das vezes, são resultado das pressões exercidas pelas organizações dos trabalhadores através dos acampamentos e das ocupações de terras, tornaram-se importantes por proporcionarem visibilidade à questão agrária da região e muito mais ainda à reforma agrária, evidenciado-se a construção de uma análise que contemple, de forma inerente, a dimensão da conflitualidade.

Conflitualidade e questão agrária: paradigmas em questão

Conflitualidade é um conceito que, recentemente, vem sendo utilizado para a leitura e interpretação da realidade atual dentro da questão agrária. Para Fernandes (2005 a; 2005 b) ela é um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capitalismo. Para Gonçalves (2005) a conflitualidade é um indicador de que se encontra em curso uma outra ordem a questionar a atual que concentra terra, renda e oportunidade e Santos (2004) entende que conflitualidade é uma característica inerente do modo capitalista de produção sendo uma forma de operacionalização do capital. Por conseguinte, esse conceito corrobora na compreensão de, como foi dito

anteriormente, o capitalismo produz desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente.

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser 'esmagado' ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. (FERNANDES, 2005a, p. 26).

Gonçalves (2005) elenca alguns elementos para compreender a reprodução continuada da conflitualidade e da violência no campo brasileiro que aqui serão sucintamente reproduzidos. São eles: a) além da violência física, há a violência simbólica praticada pela imprensa, omitindo informações e veiculando uma noção acrítica do que seja progresso; b) a simples presença de organizações indígenas, de afrodescendentes, de camponeses e de mulheres, enquanto protagonistas, já é por si indício de que uma outra ordem está em curso e que a ordem estabelecida está em

questão; c) nossa formação social e política desde os primeiros momentos, não se pautou pela mediação pública na resolução de conflitos; d) são os pactos políticos responsáveis pela segurança e garantia de governabilidade; e) a estrutura fundiária desigual que admite e aceita que mais de 50% das terras do País não sejam sequer cadastradas (GONÇALVES, 2005, p.150-156).

A reprodução da conflitividade e a violência no campo indicam que os movimentos camponeses no passado e no presente simbolizam e concretizam um caminho alternativo, uma proposta diferente, que, pelo confronto presente perspectivas futuras são inauguradas, como ensina Fernandes (2005 a, p. 27): “o tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento de conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária”.

A conflitualidade se faz presente na análise da realidade, mas pode também estar presente nas discussões teóricas objetivando convencer ou derrotar oponentes. A conflitualidade presente nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promove verdadeira disputa intelectual confrontando compreensões e leituras, as quais indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas, outras antagônicas e nem sempre complementares. Quando estas defesas forem executadas por um conjunto de pensadores e suas respectivas produções científicas, diz-se tratar de um “think tank”.

Os “think tanks” configuram um conjunto de pensadores e um conjunto de produções científicas necessárias, para com elas, dominarem a política. O domínio político é a sua razão de ser e existir. Para atingirem esse objetivo, constroem referências teóricas a partir de suas leituras e interpretações da realidade e com elas, estabelecem paradigmas, como um conjunto de pensamentos, teorias e teses através das quais almejam compreender e explicar a realidade.

O pensamento consensual, aquele que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea, agrupa alguns de seus teóricos como “think tank” denominado RIMISP¹ - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, trata-se de

[...] una organizacion sin fin de lucro, fundada en 1986, que apoya el aprendizaje organizacional y la innovacion para promover la inclusion, la equidade, el bienestar y el desarrollo democrático en las sociedades rurales latinoamericanas.

O pensamento crítico, aquele que defende o aprofundamento e a ampliação da discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual possibilitando a compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades, agrupam alguns de seus teóricos como “think tank” denominado CLACSO² – Centro Latino Americano de Ciências Sociais. O RIMISP

¹ Conferir: www.rimisp.org

² Conferir www.clacso.org

está vinculado ao Banco Mundial, enquanto que a CLACSO vincula-se a Via Campesina.

Assim, a análise da produção, do trabalho familiar e da ocupação do território na Região do Pontal do Paranapanema, torna-se cenário provocativo para uma leitura geográfica sobre o desenvolvimento e a resistência camponesa numa realidade onde acontece concomitantemente resistência e submissão.

Conclusão

O presente trabalho ao discutir a conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês e agricultor familiar propôs compreender o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista a partir da realidade sóciopolítico da região do Pontal do Paranapanema, onde estão em disputa dois modelos de desenvolvimento territorial rural: o modelo norte-americano denominado 'agronegócio' o qual almeja expandir nestas terras os canais e o modelo engendrado pelos camponeses que almejam ocupar estas terras para fazerem nela à reforma agrária.

Como as ocupações de terra têm sido a principal forma de acesso a terra (FERNANDES, 2001), pois com elas multiplicam-se os assentamentos rurais, os camponeses vem suportando também as repetidas reintegrações de posse, como demonstrou o quadro 1.

O modelo norte-americano, denominado agronegócio, forma o seu espaço e ocupa o território com a lógica da concentração de terras, vez que precisa de

largas faixas territoriais para a utilização adequada dos seus maquinários, alguns deles guiados por satélite, instalando assim, um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade. Assim, a expansão dos canais no Pontal, atrairá para a região mais de vinte grandes usinas e destilarias com a quais impulsionarão, novamente, o desenvolvimento regional.

Esse é o discurso vinculado na mídia regional cujo objetivo é convencer a sociedade, os pequenos e médios proprietários rurais e os camponeses de que a cana é a solução para essa região, gerando muitos empregos, aumentando a arrecadação dos impostos municipais e majorando a produtividade rural, entre outras vantagens.

O modelo engendrado pelos movimentos camponeses, forma o seu espaço e ocupa o território guiado por outra lógica: o seu potencial de produção de alimentos está mais na diversidade do que no produtivismo e a utilização, de forma sustentável, dos recursos naturais, cuidado do meio ambiente e de suas fontes renováveis.

Desta forma, o modelo de desenvolvimento engendrado pelos movimentos camponeses no Brasil é a reação à agressão do modelo norte-americano, que, as elites nacionais dependentes, vêm implantando, desde a década de 1990, como forma de maquiagem o velho latifúndio. Assim, na Região do Pontal do Paranapanema e, em dimensões nacionais, por todo o Brasil, o futuro se dá no

confronto da implantação destes modelos de desenvolvimento territorial.

Esse trabalho insere-se nessa discussão aliando-se àqueles que entendem que o campesinato não desapareceu, vez que sua presença e atuação indicam a necessidade de compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense, 1973

AMIN, Samir, *O capitalismo e a renda fundiária*. In: AMIN, Samir e VERGAPOULOS Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANTONIO, Armando Pereira. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990*. Tese de doutorado USP – FFLCH, 1990.

CHAYANOV, Alexander. *La organizacion de la Unidad Econômica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FABRINI, João Edmilson. *A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra*. Cascavel: Unioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Inédito, 2005 a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Desenvolvimento Territorial: conflitualidade e sustentabilidade, inédito, 2005 b*.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografia da Violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação*. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

HESPANHOL, R A de Medeiros. *Produção Familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente*. Rio Claro, tese (doutorado em Geografia) UNESP.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Debates, 1980.

- LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Lugar do modo de vida tradicional na modernidade*. In: *O Campo no século XXI*. OLIVEIRA, Ariovaldo U. e MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.), São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e a agricultura no Brasil*. www.nead.org.br.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira de. *O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da Região de Presidente Prudente nos anos 1980-1990*. Tese de doutorado USP – FFLCH, 2002.
- MORAES SILVA, *A morte ronda os canaviais paulistas*. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, volume 33, nº. 2 – Ago/Dez, 2006.
- NEVES, Delma Pessanha. *Agricultura Familiar: quantos ancoradouros*. Inédito, 2005.
- PRADO JUNIOR, Caio *História Econômica do Brasil*. 39ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Os limites das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 1997.
- SANTOS, José Vicente Tavares. *Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”*. In *São Paulo em Perspectivas*. Vol.18; nº 1. São Paulo Jan./Mar.2004.
- SHANIN, T. *La Clase Incomoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo de. *A recriação capitalista do campesinato* (Os camponeses na região de Presidente Prudente). São Paulo. Tese (doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH- USP.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, in: *Agricultura Familiar realidades e perspectivas*. TEDESCO João Carlos (org.) . Passo Fundo: UPF Editora, 2001.